

Editorial

Cumprindo o seu desígnio já desde o longínquo ano de 1941, vem a lume mais um número da *Revista Portuguesa de História* com dezasseis artigos, incluindo três que compõem o caderno temático “Modern land reforms across Europe (20th century)”, coordenado por Carlos Faísca, da Universidade de Évora, Dimitris Angelis-Dimakis, da Universidade Aberta da Grécia, e Sergio Riesco Roche, da Universidade Complutense de Madrid.

Os autores dos artigos deste número 57 publicam em português, inglês e castelhano – os idiomas europeus mais falados no mundo – e provêm das Universidades de Valência, Extremadura, Jaén, Carlos III de Madrid, Federal da Bahia, Lucian Blaga de Sibiu (Roménia), Lisboa, Porto, Minho, Nova de Lisboa, Évora e Algarve. Da Universidade de Coimbra, contamos com contributos de investigadores do Centro de História da Sociedade e da Cultura/Faculdade de Letras (CHSC) e do Centro de Estudos Interdisciplinares (CEIS20). O Centro de Investigação e Inovação em Educação (inED), do Instituto Politécnico de Coimbra, completa este elenco institucional.

Publicamos também sete recensões de autoria de Ofelia Rey Castelao da Universidade de Santiago de Compostela, de Eros Calcara da Universidad de Córdoba, de Laura Partal Ortega da Universidad de Jaén, de Celia Enríquez Rubal da Universidad de Castilla-La Mancha e de André Ribeiro Fernandes, Bernardo Henriques e Carla Rosa, os três últimos da Universidade de Coimbra.

Os coordenadores do caderno temático oferecem-nos um texto introdutório que, muito mais do que uma apresentação, é um autêntico artigo. Seguem-se os trabalhos incluídos neste dossiê, de autoria de Juan Carmona e James Simpson, de Hestia Ioana Delibas e de António Themudo Barata.

Os restantes trabalhos, alinhados por ordem cronológica do seu objeto de estudo, reportam-se a um longo arco cronológico, da Antiguidade Clássica ao século XXI, e a uma pluralidade de objetos de estudo e de abordagens metodológicas. Assim, Gerard Domingo Solá, no texto que intitulou “Entre ocio, humor y etnografía: el entretenimiento como método historiográfico en Heródoto”, procurou o lazer, o humor e o recreio em Heródoto, sustentando que longe de serem recursos narrativos secundários, constituem “elemento fundamental do projeto historiográfico de Heródoto”.

No artigo seguinte, “Os pobres de Cristo – A construção da identidade franciscana na *Narrativa da Custódia de Santo Antônio do Brasil* de Fr.

Manuel da Ilha (1621)”, Rafaela Almeida L. Franca analisa a obra, “buscando compreender como o cronista se posicionou em meio aos embates e discórdias que permeavam a construção da identidade franciscana” na sua época. Filipe Miguel de Andrade Campos, em “A irmandade do Santíssimo Sacramento de Vila Nova de Anços do bispado de Coimbra, na Época Moderna”, procurou reconstituir a irmandade na sua composição humana, regras e práticas, contribuindo para o conhecimento do campo devocional de Vila Nova de Anços e, em termos gerais, da religiosidade popular.

Em “Venality and Seignuries in Seventeenth-Century Portugal: The Sale of the Town of Punhete to Secretary Diogo Soares as a Case Study”, Francisco Javier Illana López aborda a venda de senhorios em Portugal durante o período da sua integração na monarquia compósita dos Habsburgos, centrando-se depois no processo de venda do senhorio e da fundação de um morgado. Segue-se o texto de Tomás Pinto de Albuquerque, “Agentes, produtos e estratégias: a composição do mercado financeiro português (1755-1774)”, que analisa a estrutura e funcionamento do mercado de capitais em Lisboa desses anos, com base nos registos do Cartório do Distribuidor; o autor “propõe a leitura do mercado lisboeta como semiopaco, onde coexistem práticas tradicionais e formas emergentes de financeirização”. Quanto a Diego Vicente Sánchez, traz-nos no seu estudo “Gobierno, alteridades y culturas vernáculas: una lectura antropológica del reconocimiento de la raya ibérica de Antonio de Gaver (1749-1756)” uma reinterpretação do trabalho realizado por Gaver e da sua visão sobre Portugal.

Avançamos para a Época Contemporânea com “Patrimonialização do mosteiro de Tibães (1834-2024)”, de João Novais Tavares. Trata-se da “história da gestão do mosteiro de Tibães, compreendendo os diferentes tipos de administração, meios de salvaguarda utilizados e a afetação a diversos usos”, inserida nas políticas do património do nosso país ao longo de 190 anos. José Eduardo Gama apresenta-nos “Um anarquista em Coimbra. João Evangelista Campos Lima e a greve académica de 1907”, concluindo que a ação do jovem estudante foi decisiva para o sucesso do protesto estudantil, o qual, por sua vez, se tornou um exemplo para os descontentes com o regime monárquico. “A aplicação da *Lei de Separação do Estado das Igrejas* (1911) na diocese do Algarve” é o objeto de estudo de João Romero Chagas Aleixo que, procurando explicar as suas causas, verificou ter havido “fraca adesão, quando comparada [...] com outras circunscrições diocesanas do Sul”.

Na confluência da História Cultural e Política, publicam-se dois artigos: “Hernâni Cidade e a dissidência intelectual no Estado Novo”, de Fernando Luís Gameiro; e “Cultura, distinção social e poder local: a *Sociedade de Concertos da Madeira* (1943-1974)”, de Helena Aldinhas. O primeiro “analisa a gestão

da dissidência intelectual pelo Estado Novo entre 1932 e 1935, através do estudo de caso de “Hernâni Cidade” lendo-a como “modalidade específica de controlo da dissidência intelectual assente na articulação entre repressão seletiva e integração condicionada” de eruditos prestigiados. Helena Aldinhas foca-se nessa coletividade funchalense enquanto “observatório privilegiado para compreender as relações entre cultura, poder local e elites”.

Por fim, os dois últimos artigos inserem-se na História da Educação enquanto campo do saber: “A formação inicial de professores do ensino liceal em Portugal (1930-1969). O caso do Liceu Normal de Lisboa (Pedro Nunes)” de Luís Mota, António Gomes Ferreira e Carla Vilhena; e “Do Ensino de História à Educação Histórica: O Laboratório de Clio como Proposta Epistemológico-Educativa” de Marília Gago, Ana Isabel Ribeiro e Filipe Oliveira. Os autores do primeiro estudo debruçam-se sobre as conferências pedagógicas realizadas pelos estagiários em contexto de estágio profissional nesse liceu. O último artigo oferece-nos uma reflexão sobre a evolução do sistema educativo português durante o século XX e inícios do XXI, articulando-a com uma proposta epistemológica situada no campo da Educação Histórica, “um dos campos estruturantes dos processos de aprendizagem na disciplina”, e, ainda, com o Laboratório de Clio “resposta operacional” aos desafios colocados pela aplicação didática.

Concluo, agradecendo aos autores que nos confiaram os seus trabalhos e tornaram esta revista possível, e às várias dezenas de colegas que, com sacrifício pessoal, aceitaram apreciar os textos que lhes propusemos. É tarefa trabalhosa e ingrata. Reconhecemo-lo cada vez mais, até porque, cada vez mais também, nos deparamos com as recusas ou, pior ainda, com as ausências de resposta que atrasam todo o processo de avaliação e que (perdoe-se-me o desabafo) denotam uma crescente falta de civilidade entre académicos.

Como sempre, pude contar com a competência, cumplicidade e delicadeza de trato da Dr.^a Carla Rosa, imprescindível para que todos os anos, agora em julho, a *Revista Portuguesa de História* se ofereça aos seus leitores. Obrigada!

Agradeço também o apoio que temos sempre recebido dos Diretores da Faculdade e do Departamento de História, Estudos Europeus, Arqueologia e Artes. Por fim, sinto-me reconhecida pelo acolhimento que a *Revista Portuguesa de História* continua a merecer por parte da Imprensa da Universidade, a quem agradeço nas pessoas da sua Diretora e Subdiretora, não esquecendo todo o trabalho desenvolvido pelos seus técnicos.

A Diretora da *Revista Portuguesa de História*
Maria Antónia Lopes

